

**KAMILA RODRIGUES ROSENDA TORRI**

**O VETO COMO ATIVIDADE  
LEGISLATIVA NO DIREITO  
CONSTITUCIONAL  
BRASILEIRO**

EDITORA LUMEN JURIS  
RIO DE JANEIRO  
2020

*Copyright* © 2020 by Kamila Rodrigues Rosenda Torri

Categoria: Direito Constitucional

PRODUÇÃO EDITORIAL  
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Diagramação: Rosane Abel

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.  
não se responsabiliza pelas opiniões  
emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, inclusive quanto às características gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895, de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à  
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil  
*Printed in Brazil*

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

---

T695v

Torri, Kamila Rodrigues Rosenda

O veto como atividade legislativa no direito constitucional brasileiro  
/ Kamila Rodrigues Rosenda Torri. – Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2020.  
192 p. : il. ; 23 cm.

Bibliografia : p. 151-157.

ISBN 978-65-5510-083-9

1. Direito constitucional. 2. Poder executivo. 3. Poder legislativo.  
4. Processo legislativo. 5. Separação de poderes. I. Título.

CDD 342

Ficha catalográfica elaborada por Ellen Tuzi CRB-7: 6927

# Sumário

<b>Prefácio</b> .....	XV
<b>Introdução</b> .....	1
<b>1 O Instituto do veto</b> .....	5
1.1 Origens históricas: Tribunato da Plebe .....	5
1.2. O veto como instituto jurídico .....	8
1.2.1 Conceito .....	8
1.2.2. Classificação dos vetos .....	13
1.2.2.1 Quanto à forma .....	13
1.2.2.2 Quanto à extensão .....	15
1.2.2.3 Quanto à definitividade .....	19
1.2.2.4 Quanto à fundamentação .....	23
1.2.3. Efeitos do veto .....	25
1.2.4 Irretratibilidade do veto .....	26
<b>2 O Veto no direito comparado</b> .....	29
2.1. O veto nos Estados Unidos .....	29
2.2 O veto em Portugal .....	35
2.3 O veto na América Latina .....	40
2.3.1 O veto na Argentina .....	42
2.3.2 O veto no Chile .....	45
<b>3 O Veto nas constituições brasileiras</b> .....	49
3.1 Constituição de 1824 .....	49
3.2 Constituição de 1891 .....	53
3.3 Constituição de 1934 .....	57
3.4 Constituição de 1937 .....	60
3.5 Constituição de 1946 .....	62
3.6 Constituição de 1967 .....	65
3.7 Constituição de 1969 .....	67

<b>4 O Veto no sistema brasileiro contemporâneo.....</b>	<b>71</b>
4.1 O veto no processo legislativo .....	71
4.1.1 Assembleia Nacional Constituinte de 1987 .....	71
4.1.2 Constituição Federal de 1988 .....	88
4.1.2.1 Competência do Presidente da República .....	89
4.2.2.2 Trâmite na Presidência da República .....	91
4.1.2.3 Veto total e veto parcial.....	93
4.1.2.4 A análise do veto pelo Poder Legislativo.....	96
4.2 A quantidade de vetos emitidos pelo Presidente da República nos 30 anos da publicação da Constituição Federal de 1988 e a relação do instituto com o Princípio da Separação dos Poderes .....	103
4.3 O veto como atuação legislativa do Executivo .....	115
4.3.1 Debate acerca da Natureza jurídica do veto (legislativa ou executiva) .....	115
4.3.2 A fundamentação no interesse público e a função legislativa do Executivo por meio do veto .....	120
4.3.3. Análise de mensagens de vetos totais nos 30 anos de Constituição Federal (1988-2018).....	123
4.3.4 O número ínfimo de vetos derrubados e a preponderância da vontade do Executivo.....	141
<b>Conclusão .....</b>	<b>145</b>
<b>Referências bibliográficas .....</b>	<b>151</b>
<b>Anexo – Disposições acerca do veto nas constituições dos países latino-americanos.....</b>	<b>159</b>